



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
CNPJ 00.399.857/0001-26



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 março de 2023**

SUMÁRIO

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – Contexto Operacional	3
NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias e Principais Práticas Contábeis.....	3
NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa	4
NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas	5
NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	6
NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo	8
NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes	9
NOTA 8 – Imobilizado.....	9
NOTA 9 – Intangível	11
NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	11
NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar.....	11
NOTA 12 – Demais Obrigações.....	12
NOTA 13 – Obrigações a Longo Prazo.....	13
NOTA 14 – Patrimônio Líquido	14
NOTA 15 – Receita Líquida	14
NOTA 16 – Despesas Administrativas.....	14
NOTA 17 – Outras Despesas	15
NOTA 18 – Outras Receitas	15
NOTA 19 – Despesas / Receitas Financeiras.....	15
NOTA 20 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas	16
NOTA 21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.....	16
NOTA 22 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	16
NOTA 23 – Demonstração do Valor Adicionado.....	17
NOTA 24 – Programa de Assistência à Saúde: Codevasf - Saúde	17
NOTA 25 – Entidade Fechada de Previdência Privada	17
NOTA 26 – Eventos subsequentes.....	17

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS 1º TRIMESTRE DE 2023

NOTA 1 – Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – é empresa pública com capital social pertencente integralmente à União, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR.

Foi criada pela Lei nº 6.088/1974 e tem sede e foro no Distrito Federal e atuação nas bacias hidrográficas estabelecidas na sua Lei de criação. É ainda, regida pela Lei 13.303/2016 e, subsidiariamente, pela Lei 6.404/1976, por seu Estatuto Social e demais normas de direito aplicáveis. Seu prazo de duração é indeterminado.

Tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação. Também visa a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Desta forma, cumpre sua função social que é o desenvolvimento das bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável e contribui para a redução das desigualdades regionais.

NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias e Principais Práticas Contábeis

- a) As demonstrações financeiras intermediárias evidenciam as informações relevantes e tempestivas ocorridas no período e são apresentadas em comparação com o período anterior, de forma acumulada;
- b) As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com observância às disposições da Lei 6.404/76 e dos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e estão apresentadas com valores expressos em reais, exceto quando indicado de maneira diversa;
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se a Recursos da Conta Única Aplicados, Bancos, Fundo de Aplicação Extramercado e Limite de Saque da Conta Única;
- d) Transações envolvendo certos ativos e passivos referentes a perdas relacionadas às contas a receber e provisões com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, são quantificadas por meio de estimativas, as quais refletem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação;
- e) As aplicações de curto prazo estão registradas pelo valor original e são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do período. Todos os recursos aplicados são prontamente conversíveis em moeda;

- f) Os estoques de almoxarifado estão registrados pelo custo de aquisição;
- g) A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos (bens patrimoniais destinados a fins administrativos), sendo esses seguros reconhecidos na despesa pelo seu período de cobertura;
- h) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, sendo a depreciação calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas estabelecidas pelo Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017;
- i) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência;
- j) As Perdas Estimadas de Valores a Receber são calculadas considerando a Tarifa D'água-K1 e a Titulação de Terras;
- k) O ativo intangível composto por direito de uso e programas de *software* é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear;
- l) Face a empresa ser estatal dependente do Tesouro Nacional e, em cumprimento ao que determina o item 9.4 do Acórdão TCU nº 2016/2006, alterado pelo Acórdão TCU nº 23/2008, e considerando que a empresa tem a sua contabilidade executada no Siafi, ressalta-se que não há divergência entre os valores dos Balanços Patrimoniais levantados sob os regimes das contabilidades pública e societária.

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Numerários disponíveis ou aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, que podem ser convertidas em dinheiro no curto prazo.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31/mar/23	31/dez/22
CTU - Recursos Da Conta Única Aplicados	101.448.561,65	86.021.619,07
Demais Bancos	227.622,61	0,16
Fundo de Aplicação Financeira	44.669.186,22	51.322.062,82
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – O.F.S.S.	36.771.691,69	64.062.523,05
Total	183.117.062,17	201.406.205,10

- a) CTU – Recursos da Conta Única Aplicados: são os recursos próprios arrecadados, aplicados por meio do sistema Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN se encarrega da metodologia de aplicação.
- b) Demais Bancos: trata de saldo do Banco Bradesco que se destina à custódia de valores relativos à aquisição de energia elétrica para o Projeto de Integração do São Francisco – PISF.
- c) Fundo de Aplicação Financeira: apresenta saldo das contas do Banco do Brasil e do Banco Bradesco, ambas pertencentes ao PISF, por força da exigência de legislação específica para atuação no mercado livre de aquisição de energia elétrica.

A Codevasf foi designada como operadora oficial do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, a partir de 14 de março de 2014, pelo Decreto nº 8.207/2014. A abertura de conta corrente no Banco Bradesco, excepcionalmente autorizada pela STN, deve-se ao fato de a Codevasf aderir ao mercado livre de aquisição de energia elétrica. Essa é uma condição obrigatória aos participantes desse mercado.

Em função da sistemática de créditos efetuados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em favor da Codevasf, a conta bancária de investimentos mantida no Banco Bradesco possui, na data de 31/03/2023, o saldo de R\$ 41.323.940,82 (quarenta e um milhões, trezentos e vinte e três mil, novecentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos). O mesmo montante foi contabilizado como Fundo de Aplicação Financeira e teve seu saldo conciliado em março de 2023, com a devolução – por meio de GRU – do valor de R\$ 145 milhões do Banco Bradesco à STN.

A conta bancária de investimento mantida junto ao Banco do Brasil possui, na data de 31/03/2023, o saldo de R\$ 3.483.942,95 (três milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, novecentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos). Desse montante, R\$ 3.345.245,40 (três milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos) foi contabilizado como Fundo de Aplicação Financeira. A diferença de R\$ 138 mil reais é controlada por meio de conciliação bancária e está sendo identificada pela Gerência de Finanças para os devidos registros contábeis.

d) Limite de saque com vinculação de pagamento: é a conta através da qual a STN/COFIN - Coordenação Geral de Programação Financeira, por meio do Ministério superior, repassa os recursos à Codevasf para pagamento das despesas. A variação se dá pelo recebimento do recursos e pagamento de despesas aptas. A referida conta é detalhada por fonte e vinculação específicas.

NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Registra os créditos da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no Vale do São Francisco e Parnaíba, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K-1.

Tabela 2 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Descrição	31/mar/23	31/dez/22
Faturas/Duplicatas a receber	73.373.663,91	77.453.496,41
Ajuste Perdas de Créd. Liquidação Duvidosa	(9.865.236,35)	(12.430.469,86)
Total	63.508.427,56	65.023.026,55

a) Faturas a receber: O faturamento dos títulos a receber decorrentes da Tarifa D'água K1, tem como base o que estabelece o inciso III do art. 28 da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, além dos critérios de cálculos para a cobrança de arrecadação de Tarifa D'água K1 pelo grupo de trabalho constituído pela Codevasf, em atendimento à Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 2.005/2020 e Resolução da Codevasf nº 005/2023.

Tabela 2 .1 – Movimentação Crédito a Curto Prazo

Descrição	31/mar/23
Saldo Inicial	77.453.496,41
(+) Faturamento Tarifa D' Água	1.564.322,74
(+) Reclassificação Longo Prazo para Curto Prazo	2.033.796,55
(-) Recebimentos	-3.484.024,56
(-) Baixa por Renegociação	-4.193.927,23
(=) Saldo Final	73.373.663,91

b) Ajuste para Perdas Estimadas: a metodologia de apuração de perdas estimadas ocorreu com base no Pronunciamento CPC 48. Contempla, com base no relatório de inadimplência do sistema de cobrança da Gerência de Finanças, os títulos em atraso nos últimos 05 (cinco) anos, referentes a pessoas jurídicas e físicas, considerando uma estimativa de perda prospectiva para 01 (um) ano.

NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Essas contas englobam Adiantamentos a Empregados, Tributos a Recuperar, Depósitos Restituíveis, Outros Créditos a Receber, Almojarifado e Despesas Antecipadas, além de Perdas Estimadas para Titulação de Terras.

As tabelas 03 a 07 apresentam a composição de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, totalizando R\$ 83.256.662,81 (oitenta e três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta e um centavos). O saldo de Titulação de Terras compõe a rubrica Títulos a Receber.

5.1 Adiantamentos Concedidos

Compreende as antecipações concedidas a pessoal a título de décimo terceiro salário, suprimento de fundos e antecipação de férias.

Tabela 3 – Adiantamentos Concedidos

Descrição	31/mar/23	31/dez/22
Salários e Ordenados - Pagamentos Antecipado	1.999.503,96	2.190.009,96
Décimo Terceiro - Adiantamentos	834.381,08	0,00
Adiantamento Concedido	80.300,00	0,00
Total	2.914.185,04	2.190.009,96

a) Salários e ordenados referem-se ao valor de uma remuneração, sendo esse valor descontado em até 08 (oito) parcelas (para empregados contratados na vigência da Resolução nº 09/1996, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST).

b) Adiantamento Concedido trata de valores disponibilizados aos detentores do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (suprimento de fundos).

5.2 Tributos a recuperar / Compensar

Todos os valores listados estão em processo de restituição, via Perd/Comp (Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação), aguardando homologação pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. A redução dos valores decorre dos deferimentos ocorridos no período.

Tabela 4 – Tributos a Recuperar / Compensar

Descrição	31/mar/23	31/dez/22
IRRF a Compensar	99.977,79	2.846.786,67
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	0,00	76,44
IR E CSLL a Recuperar / Compensar	235,35	235,35
Total	100.213,14	2.847.098,46

5.3 Outros Créditos a Receber

Tabela 5 – Outros Créditos a Receber

Descrição	31/mar/23	31/dez/22
Créditos por Danos ao Patrimônio	766,91	766,91
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	443.324,28	443.521,95
Valores a Receber por Devolução Despesas Estornadas	129.192,85	0,00
Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais	12.330.362,21	12.138.960,90
Créditos a Receber Por Reembolso Salário Maternidade PG	0,00	59.319,94
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	149.774,88	151.412,79
Títulos a receber	66.874.007,22	69.943.518,58
<i>Titulação de Terras</i>	62.484.709,25	66.117.026,02
<i>Outros Valores a Receber</i>	4.389.297,97	3.826.492,56
Ajuste para Perdas sobre Créditos Apurados	-6.348.775,64	-7.163.464,67
Devedores por Transferências Voluntárias	0,00	65.481,68
Termo Execução Descentralizada (concedidos)	5.735.679,14	3.123.542,23
Remuneração da Conta Única a Receber	320.311,68	239.158,19
Total	79.634.643,53	79.002.218,50

Títulos a receber: compreende valores a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, referentes a uso ou aquisição de terras (Titulação de Terras) e Outros Valores a Receber com multas contratuais decorrentes de notas de débitos e outros valores administrativos.

Tabela 5.1 – Movimentação Títulos a Receber

Descrição	31/mar/23	31/dez/22
Saldo inicial	69.943.518,58	79.905.708,28
(+) Reclassificação do Longo para Curto Prazo	9.661.165,98	4.355.411,92
(+) Faturamento Titulação	3.618.831,91	23.327.623,66
(-) Recebimentos	-9.666.582,03	-35.196.947,32
(-) Baixa por Renegociação	-7.245.732,63	-5.318.452,43
(+/-) Notas de Débitos	562.805,41	2.870.174,47
(=) Saldo Final	66.874.007,22	69.943.518,58

5.4 Estoques de Almojarifado:

Tabela 6 – Almojarifado

Descrição	31/mar/23	31/dez/22
Materiais de Consumo	526.701,94	432.930,30
Total	526.701,94	432.930,30

5.5 Despesas Pagas Antecipadamente

Despesas antecipadas referentes a seguros, assinaturas de periódicos e tributos pagos a apropriar, contabilizadas em observância ao regime de competência.

Tabela 7 – Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	31/mar/23	31/dez/22
Assinaturas e anuidades a apropriar	15.912,82	21.834,31
Prêmios de seguros a apropriar	59.140,93	91.243,70
Tributos pagos a apropriar	5.865,41	0,00
Total	80.919,16	113.078,01

NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo

São classificáveis no Realizável a Longo Prazo, contas da mesma natureza das contas do Ativo Circulante, porém sua realização é certa ou provável após o término do exercício seguinte.

6.1 Faturas / Duplicatas

Representam os créditos realizáveis a longo prazo da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no vale do São Francisco, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K1.

Tabela 8 – Faturas/Duplicatas

Descrição	31/mar/23	31/dez/22
Clientes	4.749.661,99	5.767.023,60
Total	4.749.661,99	5.767.023,60

A redução se refere à transferência dos valores do longo para o curto prazo, registradas em janeiro/2023.

6.2 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Tabela 9 – Demais Créditos e Valores

Descrição	31/mar/23	31/dez/22
Créditos por Dano ao Patrimônio de Créditos Administrativos	10.165,90	64.583,84
Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU	31.843.929,60	39.838.318,92
Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores	-31.854.095,50	-39.902.902,76
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	35.428.626,21	35.300.192,37
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	76.223.445,55	81.095.692,02
Total	111.652.071,76	116.395.884,39

a) Créditos por Danos ao Patrimônio: os decorrentes de apuração administrativa e os apurados por meio de Tomada de Contas Especial – TCE, que neste caso devem ser registrados somente após decisão de condenação definitiva pelo Tribunal de Contas da União – TCU. A redução decorre de baixa efetuada no período. Houve, pela contabilidade, levantamento dos valores registrados e será definido ajuste do procedimento de acompanhamento e controle do saldo e da contrapartida em Ajustes de Perdas pela Assessoria Jurídica, Auditoria Interna e Gabinete da Presidência da Codevasf.

b) Depósitos Restituíveis e Vinculados: são depósitos efetuados na justiça cível e na trabalhista. Para a justiça do trabalho inclui, ainda, os depósitos para interposição de recursos.

c) Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo: se referem a títulos a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, denominados Titulação de Terras, e demais títulos administrativos. A redução na conta em relação ao término do exercício anterior, conforme demonstrado na tabela 9.1, decorre da reclassificação do longo prazo para o curto prazo.

Tabela 9.1 – Movimentação Outros Créditos e Valores, da Tabela 9

Descrição	31/mar/23
(+) Faturamento/Cobrança – Titulação	4.386.494,35
(-) Reclassificação do Longo para Curto Prazo	-9.162.171,72
(-) Recebimentos	-96.569,10
(=) Líquido	-4.872.246,47

6.3 Investimentos e Aplicações: Letras Especiais

Representa o valor total das ações da Eletrobrás e Tractebel vendidas, que foram convertidas em NTN's através das Portarias - STN nºs 59 e 63 de 1998, em cumprimento ao Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pelo Decreto nº 10.687, de 02/03/1994.

Tabela 10 – Títulos Públicos – Letras Especiais

NTN-P		
Vencimento	31/mar/23	31/dez/22
2030	95.654,03	93.769,26
Total	95.654,03	93.769,26

NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes

A participação da Codevasf no capital de outras entidades é avaliada pelo método de custo, que consiste em reconhecer o investimento pelo valor original da transação e por não apresentar influência significativa. Frisa-se que esses investimentos, pelo método de avaliação utilizado, não influenciarão nos resultados da Companhia ao final do exercício.

Tabela 11 – Entidades Investidas

Entidade Investida	Custo Original
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	156.487,27
Cooperativa Agrícola M do Projeto de Irrigação de Bebedouro I	180.092,77
Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	281.937,88
Companhia Agrícola de Sergipe - COMASE	104.443,51
Companhia de Saneamento de Sergipe	215.675,53
Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA	113.415,79
Agro Indústrias do Vale do São Francisco	977.961,89
Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê	158.029,19
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Ceraima	44.103,95
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Estreito	2.000,00
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	251.301,89
Cooperativa Agrícola de Irrigação do Vale do Gorutuba I	3.547,82
Embraer Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A	241,01
Total	2.489.238,50

NOTA 8 – Imobilizado

O Imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. Após o reconhecimento, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão.

A depreciação é calculada pelo método linear, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017, cujos valores são absorvidos no resultado do exercício.

Para utilizar as atuais taxas de depreciação, a Codevasf leva em consideração o custo/benefício. O custo com o controle será maior que o benefício trazido pela não adoção da atual tabela, isto é, o custo para implementar uma nova tabela de depreciação e de vida útil econômica estimada é mais oneroso.

Tabela 12 – Imobilizado

Imobilizado	31/dez/22	Adições	Baixas	31/mar/23	AH%
Bens Móveis	934.645.110,97	308.986.519,31	-400.129.690,82	843.501.939,46	-9,75
Total de Bens Móveis (1)	934.645.110,97	308.986.519,31	-400.129.690,82	843.501.939,46	-9,75
Bens Imóveis	38.842.561,14	6.950.129,89	-181.075,59	45.611.615,44	17,43
<i>Obras em Andamentos</i>	<i>1.354.331.094,39</i>	<i>299.494.238,02</i>	<i>-215.307.135,60</i>	<i>1.438.518.196,81</i>	<i>6,22</i>
<i>Estudos e Projetos</i>	<i>39.183.175,37</i>	<i>6.876.286,31</i>	<i>-26.567.754,95</i>	<i>19.491.706,73</i>	<i>-50,25</i>
<i>Instalações</i>	<i>46.406.551,29</i>	<i>15.131.630,06</i>	<i>-26.239.358,97</i>	<i>35.298.822,38</i>	<i>-23,94</i>
Total de Bens Imóveis (2)	1.478.763.382,19	328.452.284,28	-268.295.325,11	1.538.920.341,36	4,07
Depreciação Bens Móveis	-124.968.602,12	-29.866.299,89	37.258.613,90	-117.576.288,11	-5,92
Depreciação Imóveis	-23.876.551,28	-156.310,71	0,00	-24.032.861,99	0,65
Total Depreciação (3)	-148.845.153,40	-30.022.610,60	37.258.613,90	-141.609.150,10	-4,86
Total Imobilizado (4) = 1+2+3	2.264.563.339,76	607.416.192,99	-631.166.402,03	2.240.813.130,72	-1,05

NOTA 8.1 – Bens Imóveis em Andamento

Em relação a conta de Bens Imóveis em Andamento, continuamos aperfeiçoando os procedimentos para o melhor controle das contas, de maneira que estas contenham apenas valores correlacionados às rubricas. Implantamos a baixa após conclusão de obra, seja pela doação, seja pela transferência ao patrimônio da Codevasf; reclassificação de bens concluídos pertencentes à Codevasf; baixa de despesas de custeio contabilizadas como imobilizado em razão do roteiro pré-definido de registro do SIAFI; adequação de documentos encaminhados para os registros contábeis; diversos ajustes no Sistema de Gestão de Contatos e Convênios – SIGEC (sistema interno com objetivo de gerir, administrativamente, os instrumentos celebrados pela Empresa) para viabilizar comparação de dados com SIAFI; autorização para regularização dos registros e saldos, por parte das unidades contábeis, como procedimento padrão; além da padronização da conciliação das contas mensalmente por todas as unidades contábeis, com controle dos registros e saldo final. Restam ainda alguns lançamentos a serem feitos, cujos processos foram encaminhados às áreas responsáveis para manifestação e devem ser concluídos nos registros do 2º trimestre.

NOTA 8.2 – Registro contábil e relatório de controle patrimonial

Tabela 13 – Registro contábil e relatório de controle patrimonial

Item	Descrição	UG	Observação	SIAMP	SIAFI	31-mar-23
1	Aparelhos de medição e orientação	1ª SR	Software registrado no SIAFI e não no SIAMP	125.884,34	155.874,34	-29.990,00
2	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícola/Agropecuário e Rodoviários	4ª SR	Bem registrado com irregularidades no SIAMP e não liquidado no SIAFI	34.721.937,98	34.312.937,97	409.000,01
		7ª SR	Inclusão de Bens pelo valor incorreto no SIAMP	23.518.226,08	23.641.826,08	-123.600,00
TOTAL						255.410,01

Tabela 13.1 – Registro contábil e relatório de controle patrimonial - Depreciação

Item	Descrição	SIAMP	SIAFI	31-mar-23
1	Depreciação Acumulada - Bens Móveis	117.581.248,35	117.576.288,11	4.960,24
TOTAL				4.960,24

Todas as divergências do imobilizado apontadas foram sanadas no mês de abril/2023. As divergências de depreciação estão sendo causadas por inconsistência do SIAMP, no valor acumulado do relatório. A unidade de Patrimônio ainda não corrigiu o problema, mas já foi notificada para providências.

NOTA 9 – Intangível

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de Amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Tabela 14 – Intangível

Descrição	31/dez/22	Adições	Baixas	31/mar/23
Software com Vida Útil Definida	3.952.943,79	0,00	0,00	3.952.943,79
Software com Vida Útil Indefinida	4.506.214,85	0,00	0,00	4.506.214,85
Software em Fase de Desenvolvimento	284.054,49	69.834,48	0,00	353.888,97
Amortização Acumulada	-2.442.666,97	191,50	-188.870,17	-2.631.345,64
Total	6.300.546,16	70.025,98	-188.870,17	6.181.701,97

Tabela 14.1 – Registro contábil e relatório de controle patrimonial - Amortização

Item	Descrição	SIAMP	SIAFI	31-mar-23
1	Amortização Acumulada	2.637.012,47	2.631.345,64	5.666,83
TOTAL				5.666,83

A exemplo da depreciação, a divergência de amortização é proveniente de inconsistência do SIAMP, no valor acumulado do relatório.

NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Salários a pagar: folha de pessoal e os respectivos benefícios, que apresentam saldo, conforme tabelas 15 e 16, a seguir:

Tabela 15 – Salários a pagar e Encargos Trabalhistas

Descrição	31/mar/23	31/dez/22
Salários, Remunerações e Benefícios	20.999.712,57	23.038.187,04
Entidade de Previdência	6.926.681,47	9.021.313,74
Férias a pagar	25.768.623,62	31.479.895,57
FGTS	5.246.330,39	3.278.546,86
INSS	13.518.401,62	8.714.425,38
Total Obrigações Trabalhistas	72.459.749,67	75.532.368,59

a) INSS e FGTS: os saldos referem-se a provisão dos encargos sobre férias, além do valor apropriado para recolhimento no mês subsequente.

Tabela 16 – Entidade de Previdência

Descrição	31/mar/23	31/dez/22
Entidade de Previdência Complementar	6.219.326,83	8.327.366,53
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	707.354,64	693.947,21
Total	6.926.681,47	9.021.313,74

b) Entidade de Previdência Complementar: Trata-se do valor provisionado para pagamento do saldamento do Plano Benefícios Definidos BD I, junto à Fundação São Francisco de Seguridade Social - F.S.F.S.S. O saldo do curto prazo está registrado a valor presente.

NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar

A tabela 17 apresenta relação com os maiores fornecedores. O aumento no trimestre – tabela 17.1 – foi ocasionado pela diminuição dos repasses de recursos da União para pagamento das despesas liquidadas.

Tabela 17 – Fornecedores 2023

Seq.	Descrição	31/mar/23
1	XCMG Brasil Industrial Ltda	126.323.245,09
2	Deva Veículos LTDA	35.549.365,57
3	<i>Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 10.000.000,00 e R\$ 15.000.000,00</i>	58.492.756,08
4	<i>Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 5.000.000,00 e R\$ 10.000.000,00</i>	41.530.243,19
5	<i>Fornecedores a pagar: valores até R\$ 5.000.000,00</i>	188.659.571,76
Total		450.555.181,69

Tabela 17.1 – Fornecedores a Pagar

Descrição	31/mar/23	31/dez/22
Fornecedores a pagar	450.555.181,69	219.563.900,47
Total	450.555.181,69	219.563.900,47

NOTA 12 – Demais Obrigações

As tabelas 18 e 19 apresentam a composição de Demais Obrigações, totalizando R\$ 3.560.643.904,47 (três bilhões, quinhentos e sessenta milhões, seiscentos e quarenta e três mil, novecentos e quatro reais e quarenta e sete centavos).

a) Outras obrigações de curto prazo relacionam parte substancial das demais obrigações e estão descritas na tabela 18:

Tabela 18 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Descrição	31/mar/23	31/dez/22
Transferências Discricionárias a Pagar	205.792.310,27	206.252.828,68
Diárias a pagar	58.843,58	17.227,68
Incentivos a Educação, Cultura e outros	28.250,00	0,00
Convênios e instrumentos congêneres devolvidos	7.481,80	0,00
Cartão de Pagamento do Governo Federal	70.072,52	0,00
Indenizações, Restituições e Compensações	217.766,75	15.194,86
Transferências Financeiras a Comprovar - TED (recebidos)	3.320.513.322,33	3.340.308.365,29
Taxas	13.869,48	58.270,98
Total	3.526.701.916,73	3.546.651.887,49

Transferências Financeiras a Comprovar – Termos de Execução Descentralizada (TED): São transferências de recursos entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, para execução de ações de interesse do órgão descentralizador. Nesta situação, a Codevasf figura como órgão receptor/beneficiário dos recursos de TED. Esse passivo não é um instrumento de dívida, e sim, a obrigação de prestar contas ao órgão descentralizador.

Dos valores recebidos de TED, a Codevasf já encaminhou prestações de contas de instrumentos na ordem de R\$ 1,5 bilhão. Aguardamos à análise e os efetivos registros contábeis pelos órgãos concedentes visando reduzir os valores dessa rubrica.

b) Valores Restituíveis: Compreende valores de terceiros ou retenções em nome deles.

Tabela 19 – Valores Restituíveis

Descrição	31/mar/23	31/dez/22
Retenção Previdenciária - FRGPS	3.046.872,32	3.650.961,27
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	41.333,41	26.454,53

Indenizações e Restituições Devidas ao Tesouro	198.048,53	197.880,77
Impostos e Contribuições Diversas Devidos ao Tesouro	21.587.443,86	11.320.358,00
ISS	3.246.764,67	2.549.763,69
Pensão Alimentícia	227.974,82	259.850,51
Retenções	5.406.759,33	5.150.365,47
Outros Consignatários	40.310,36	14.220,29
Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	146.480,44	143.561,09
Total	33.941.987,74	23.313.415,62

Impostos e Contribuições Diversas Devidos ao Tesouro são valores liquidados que serão recolhidos quando houver o pagamento ao fornecedor. O aumento da rubrica se dá em razão do mesmo motivo do aumento da conta de fornecedores, diminuição de repasse de recursos da União.

NOTA 13 – Obrigações a Longo Prazo

Registra as obrigações da companhia cujas liquidações deverão ocorrer após o término do exercício seguinte.

13.1 Previdência Privada e Complementar

Compreende a obrigação da empresa relativo ao registro do saldamento do plano Benefícios Definidos – BD I, conforme contrato 0.041.00/2018 com a Fundação São Francisco de Seguridade Social. O saldamento será pago em 108 parcelas mensais, atualizadas pela aplicação da variação do INPC, das quais já foram pagas 60 parcelas.

13.2 Obrigações Fiscais

Compreende a obrigação da empresa relativa ao PIS/PASEP sobre faturamento referente a intimação nº 455/99, da Secretária da Receita Federal do Brasil, que se encontra na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – com processo sob nº 10166.014511/96-95 PIS/PASEP, estando a inscrição com exigibilidade de crédito suspensa.

13.3 Provisões – Riscos de Passivos Contingentes

Os registros das provisões para contingência passiva: Tributária, Trabalhista e Cível, foram realizados conforme Relatório de Anexos de Riscos Fiscais da Assessoria Jurídica da Codevasf. Os riscos, cuja materialização seja provável de se realizar, são reconhecidos contabilmente. Os riscos possíveis são apenas divulgados em Notas Explicativas.

Tabela 20 – Riscos de Passivos Contingentes

Descrição	31/dez/22	Adições	Baixas	31/mar/23
Trabalhista	7.910.703,21	466.200,67	0,00	8.376.903,88
Cíveis	160.852.949,73	0,00	118.758.765,65	42.094.184,08
Total Riscos Prováveis	168.763.652,94	466.200,67	118.758.765,65	50.471.087,96
Trabalhista	33.355.710,97	374.497,58	0,00	33.730.208,55
Cíveis	425.114.121,54	5.040.829,32	0,00	430.154.950,86
Tributárias	20.920.477,04	0,00	0,00	20.920.477,04
Total Riscos Possíveis	479.390.309,55	5.415.326,90	0,00	484.805.636,45

Houve expressiva reversão na provisão de Riscos Cíveis no trimestre devido ao fato da Codevasf ter sido reconhecida como Fazenda Pública, fato este que ensejará os pagamentos via precatórios e diretamente pelo Tribunal, sem que haja a necessidade de provisionar os valores.

NOTA 14 – Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social: o capital social da Codevasf, pertencente integralmente à União, é de R\$ 4.294.750.463,70 (quatro bilhões, duzentos e noventa e quatro milhões, setecentos e cinquenta mil, quatrocentos e sessenta e três reais e setenta centavos), representados por 40.128.672 (quarenta milhões, cento e vinte e oito mil e seiscentas e setenta e duas) ações nominativas, sem valor nominal¹.

14.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

No primeiro trimestre de 2023, foi repassado à Codevasf, a título de AFAC, o valor de R\$124.014.976,64 (cento e vinte e quatro milhões, quatorze mil, novecentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

14.3 Reservas

Houve redução da Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 493,92 (quatrocentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos) em virtude da realização da reserva, em conformidade com o artigo 6º da Lei 11.638/2007.

“Art. 6º - Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor”.

14.4 Prejuízos Acumulados

Composição da rubrica Prejuízos Acumulados:

Tabela 21 – Prejuízos Acumulados

Prejuízo Acumulado até 2022	-6.868.495.284,78
(+) Prejuízo do período	-252.582.088,47
(+) Ajuste de Exercício Anteriores	-23.505.545,48
(-) Reversão de Reavaliação	493,92
(=) Prejuízos Acumulados 1º Trimestre de 2023	-7.144.582.424,81

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

NOTA 15 – Receita Líquida

Representa o resultado das atividades decorrentes de Titulação de Terras, Tarifa D'Água, Lotes Urbanos e Outros Títulos a Receber. O faturamento apresentado em 2023 refere-se aos registros de faturamento/cobrança dos diversos perímetros sobre Tarifa D'Água K1 e Titulação de Terras.

NOTA 16 – Despesas Administrativas

Representam as despesas incorridas no período, realizadas para a manutenção dos serviços da Codevasf. Na comparação com o período anterior, observa-se aumento de 22,54%.

¹Não há menção do valor expresso em dinheiro, como ocorre com as ações de valor nominal. O preço dessa ação será fixado na constituição da sociedade, ou no aumento de capital social.

NOTA 17 – Outras Despesas

Representam as transações que não constituem atividades principais da empresa, conforme segue:

Tabela 22 – Grupo de Outras Despesas

Descrição	31/mar/23	31/mar/22
Transferências Voluntárias (convênios e termos de compromisso)	74.337.281,30	71.253.328,22
Desincorporação de Ativos	78.042.681,87	12.841.407,05
Incentivos à Cultura (Vale Cultura)	112.950,00	55.550,00
VPD - Provisões de Riscos Trabalhistas	466.200,67	1.926.132,67
VPD - Provisões de Riscos Cíveis	0,00	39.858.858,13
Restituições	46.654,06	20.210,21
Indenizações	986.215,63	978,03
Total	153.991.983,53	125.956.464,31

a) Transferências Voluntárias: o aumento se deve ao repasse de recursos aos Convenientes e Compromitentes, relativos a Convênios e Termos de Compromissos firmados.

b) Desincorporação de Ativos: o aumento de valores decorre, principalmente, da conciliação mensal das Contas Bens Imóveis em Andamento (Nota 8.1).

NOTA 18 – Outras Receitas

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas realizadas que não estão ligadas diretamente às atividades da empresa.

Tabela 23 – Grupo de Outras Receitas

Descrição	31/mar/23	31/mar/22
Doações/Transferências Recebidas Consolidação	137.717,85	11.736.666,24
Outros Ganhos com Incorporação de Ativo	432.279,59	16.457,25
Ganhos Com Desincorporação de Passivo	44.360.334,90	73.486.932,70
Reversão de Provisões	118.758.765,65	0,00
Reversão Ajuste para Perdas	11.428.729,80	5.001.041,57
Multas Administrativas e Outras	150.922,28	350.831,64
Total	175.268.750,07	90.591.929,40

a) Reversão de Provisões: trata da reversão da provisão de Riscos Fiscais, conforme descrição na Nota 13.3.

b) Ganhos com Desincorporação de Passivo: houve a análise e registro das prestações de contas dos TED's recebidos – apresentadas pela Codevasf, junto aos órgãos repassadores dos recursos.

NOTA 19 – Despesas / Receitas Financeiras**19.1 Despesas Financeiras**

Representam as despesas referentes a juros, multas, descontos financeiros concedidos e atualizações prefixadas.

Tabela 24 – Grupo de Despesas Financeiras

Descrição	31/mar/23	31/mar/22
Atualização Monetária - Demais passivos	1.007.201,59	1.323.451,56
Outras Despesas Financeiras	130.856,43	125.749,18
Total	1.138.058,02	1.449.200,74

Atualização Monetária – Demais Passivos: registra a atualização monetária sobre o parcelamento do saldamento do Plano de Benefícios I (BD I), firmado entre a Codevasf e a Fundação São Francisco de Seguridade Social.

19.2 Receitas Financeiras

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas oriundas de rendimentos aplicados na CTU (Conta Única do Tesouro), juros, multas, descontos financeiros recebidos e atualizações monetárias, além dos deferimentos de Perd/Comp citados na nota 5.2.

Tabela 25 – Grupo de Receitas Financeiras

Descrição	31/mar/23	31/mar/22
Remuneração de Aplicação Financeira - CTU	2.777.193,40	1.031.756,18
Outras Receitas Financeiras	3.753.034,68	41.355,57
Total	6.530.228,08	1.073.111,75

NOTA 20 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas

20.1 Subvenções de Custeio

Registra o recebimento decorrente de transferências de recursos do Tesouro Nacional para a Codevasf, visando a cobertura de gastos com pessoal e custeio em geral.

20.2 Ganhos/Perdas de Capital

Representa os valores referentes às receitas e despesas decorrentes da Alienação/Doação de bens.

Tabela 26 – Relação de Alienação/Doação de Bens

Descrição	31/mar/23	AV
Máquinas e Utensílios Agropecuário/Rodoviário	-189.651.106,35	60,33%
Veículos de Tração Mecânica	-114.396.656,00	36,39%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	-3.986.916,16	1,27%
Máquinas e Equipamentos Industriais	-3.759.275,38	1,20%
Outros	-2.573.211,20	0,82%
Total	-314.367.165,09	100,00%

NOTA 21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

Demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade, por meio de suas mutações. No período, destaque para os recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC recebidos (nota 14.2).

NOTA 22 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03/2008. A Codevasf utiliza o método indireto.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: são basicamente derivados das principais atividades da Codevasf, com destaque para:

a) Ajustes de Exercício Anteriores: o aumento decorre ainda dos registros de baixa das contas de bens imóveis em andamento do ativo imobilizado, conforme apontamentos do relatório do grupo de trabalho (Nota 8.1).

b) Depreciação e amortização: aumento se deve à aquisição de bens móveis-

c) Outros Débitos (riscos fiscais): por se tratar de provisões de riscos trabalhistas e cíveis, não afeta diretamente o Caixa da Empresa.

d) Fornecedores: o aumento decorre, principalmente, da aquisição de máquinas, equipamentos agrícolas destinados ao atendimento de diversos municípios e comunidades rurais no âmbito da área de atuação da Codevasf, além da diminuição do repasse de recursos pela União para pagamento das despesas liquidadas.

NOTA 23 – Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, instituída pela Lei nº 11.638/07 para as companhias de capital aberto, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 09/2008.

NOTA 24 – Programa de Assistência à Saúde: Codevasf - Saúde

A Codevasf oferece aos seus empregados e dependentes o Programa de Assistência à Saúde, voltado para o atendimento das despesas assistenciais de natureza médica, odontológica e hospitalar, com regras definidas na Resolução nº 701, 14 de dezembro de 1999.

O Programa objetiva proporcionar, aos empregados da Companhia e seus dependentes, assistência à medicina preventiva e de recuperação da saúde. No 1º trim/2023 a Codevasf repassou ao programa Codevasf-Saúde o total de R\$ 5.720.791,13 (cinco milhões, setecentos e vinte mil, setecentos e noventa e um reais e treze centavos). Em contrapartida, o valor recebido dos empregados foi de R\$ 5.011.646,90 (cinco milhões, onze mil, seiscentos e quarenta e seis reais e noventa centavos).

NOTA 25 – Entidade Fechada de Previdência Privada

A CODEVASF é instituidora da Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS, entidade fechada de previdência complementar, de direito privado e sem fins lucrativos, que tem por finalidade instituir e administrar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados da Patrocinadora. São administrados 03 (três) planos, sendo 01 (um) em regime de saldamento.

No 1º trimestre de 2023, o repasse a título de contribuições mensais efetuadas para a FSFSS foi de R\$ 4.284.690,26 (quatro milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e noventa reais e vinte e seis centavos) da participação dos empregados e de R\$ 5.775.822,25 (cinco milhões, setecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos) da participação da Codevasf. Em relação ao saldamento, o valor repassado à Fundação foi de R\$ 2.108.039,72 (dois milhões, cento e oito mil, trinta e nove reais e setenta e dois centavos), cujo saldo devedor, ao final do respectivo período, é de R\$ 30.632.633,85 (trinta milhões, seiscentos e trinta e dois mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e cinco centavos), restando 48 parcelas.

NOTA 26 – Eventos subsequentes

O aumento do Capital Social com recursos recebidos no exercício de 2022 a título de AFAC foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária – A.G.E da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, realizada em 13 de abril de 2023.

Tabela 27 – Capitalização AFAC 2022

Capital Social Integralizado 2022	4.294.750.463,70
(+) Capitalização Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC 2022	1.259.509.823,40
(=) Capital Social 2º Trim-2023	5.554.260.287,10

A tabela acima demonstra o valor total do Capital Social da Codevasf após os registros contábeis de aumento.

MARCELO ANDRADE MOREIRA PINTO

Diretor-Presidente
CPF:008.261.025-81

JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA FILHO

Diretor da Área de Revitalização e Sustentabilidade
Socioambiental
CPF: 002.216.375-16

HENRIQUE DE ASSIS COUTINHO BERNARDES

Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e
Infraestrutura
CPF: 718.490.761-20

LUIS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO

Diretor da Área de Gestão dos Empreendimentos
de Irrigação
CPF: 239.274.374-68

JULIANNA BAÍA PIO DE LIMA

Contadora CRC-DF 20.004/O-6
CPF: 954.848.091-34